

## História e Nacionalismo em Portugal (1834-1910)

---

Entrevista de José Alejandro Palomanes Gallego (Universitat Autònoma de Barcelona)

### Resumen

Nos dias 15 e 16 de fevereiro o *Grup de Història Comparada de l'Europa Moderna* convidou o professor Sergio Campos Matos, da Universidade de Lisboa para participar de um seminário e uma palestra, na Faculdade de Filosofia e Letras da UAB. O seminário fez parte do curso de doutorado organizado pela professora Irene Castells, “*La revolució francesa en la cultura política dels liberalismes europeus (1789-1848)*”

### Palavras chave / Paraules clau / Key Words

Historiografia portuguesa, século XIX, Portugal, Iberismo. / *Historiografia portuguesa, segle XIX, Portugal, Iberisme.* / *Portuguese historiography, century XIX, Portugal, Iberism.*

---



**Sergio Campos Matos.** Na Faculdade de Filosofia e Letras da UAB .  
(Foto. Josep Alavedra i Bosch)

A palestra, intitulada “História e Nacionalismo em Portugal (1834-1910)” permitiu ao público presente conhecer um pouco melhor a historiografia decimonônica portuguesa e a complexidade dos processos de formação da nação portuguesa ao longo do século XIX e início do XX. Deve ser dito que o prof. Sergio Campos Matos é o segundo professor da Universidade de Lisboa a ser convidado pelo *Departamento de História Moderna e Contemporânea* ao longo deste curso acadêmico. O primeiro foi o catedrático João Medina que em outubro de 2004 fez uma palestra comparando as personalidades e naturezas políticas de Salazar e Franco (“Salazar&Franco: Dois ditadores, duas ditaduras”). Desejando fortalecer os vínculos com o país vizinho e, ao mesmo tempo, buscando ressaltar a visita do Doutor Sergio Campos Matos, pareceu-nos oportuno fazer uma entrevista com o nosso convidado, no sentido de conhecer um pouco mais o seu campo de trabalho e a sua pesquisa.

## Entrevista

1. *Além de professor na Universidade de Lisboa, o senhor poderia contar-nos brevemente que outros cargos ocupa atualmente?*

2. Dedico-me exclusivamente ao ensino universitário, na Faculdade de Letras de Lisboa, e à investigação (faço parte do Centro de História da Universidade de Lisboa), embora, por vezes, por força dessas funções desempenhe outros cargos académicos para além do de professor: neste momento sou responsável pela biblioteca deste Centro de investigação.

3. *Quando surgiu o seu interesse por investigar a historiografia portuguesa contemporânea?*

4. Esse interesse despertou sobretudo quando iniciei as minhas funções de professor em Lisboa, primeiro no ensino secundário (1980) e, a partir de de 1984, na Universidade. Sempre achei muito interessante tentar perceber, em contexto, as múltiplas interpretações que se foram construindo e sedimentando acerca das nações em geral e de uma nação como Portugal. Como se estruturaram e difundiram as memórias sociais, com destaque para a memória histórica. A comunicação pública de saberes que o ensino exige levou-me a problematizar o pensamento histórico e até a investigar quais eram as fontes dos livros escolares usados.

5. *Que motivos o levaram a estudar a historiografia portuguesa do século XIX?*

6. Depois de fazer a minha tese de Mestrado publicada com o título *História, mitologia, imaginário nacional (1895-1939)* (1988) em que explorei as grandes tendências ideológicas e as mitologias presentes nos livros escolares e na comunidade docente portuguesa dos finais do século XIX aos primeiros anos do regime de Salazar, senti a necessidade de aprofundar o conhecimento da historiografia portuguesa anterior, com destaque para o século XIX, sem esquecer o seu enraizamento numa cultura histórica de longa duração. É a partir da revolução liberal e da construção do Estado-nação que se estruturam as grandes narrativas históricas em que o principal protagonista é a nação.

7. *O senhor é autor e co-autor de alguns estudos sobre a matéria como “Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)” e “A Construção da Europa Problemas e Perspectivas”. Sobre o quê está trabalhando agora?*

8. Acabo de entregar para publicação a reedição de um conjunto muito interessante de crónicas políticas da autoria de Oliveira Martins - “Portugal e Brasil” -, publicadas pela primeira vez em 1875, na *Revista Ocidental*, em Lisboa. Nesta revista que visava estreitar os intercâmbios culturais entre os povos peninsulares, colaboraram também Antero de Quental, Pi y Margall, Patricio de la Escosura e Fernandez de los Rios, entre outros. Sempre houve em Portugal um grande interesse pelas outras culturas peninsulares – mais acentuado até ao século XVII, mas sempre presente (ainda que alimentado por minorias) até aos dias de hoje. Pela minha parte estou agora empenhado, juntamente com um investigador de Salamanca, David Mota, num estudo comparado entre as historiografias portuguesa e espanhola contemporâneas. É um trabalho difícil mas estimulante que se inscreve num projecto internacional sobre histórias nacionais do princípio do séc. XIX em diante.

9. *Em que projetos académicos o senhor participa atualmente?*

10. Dirijo um projecto de investigação (agora em via de conclusão) baseado no Arquivo particular do primeiro Presidente da República portuguesa (1911-15), Manuel de Arriaga (1840-1917), uma figura até há pouco esquecida ou tratada em termos muito parciais pelos historiadores. Foi um republicano eclético, de formação cristã e espiritualista, mas também muito marcado pelo positivismo e pelo cientismo, e um dos principais propagandistas do republicanismo federalista e do laicismo durante as últimas décadas da Monarquia Constitucional. Já foi publicada a sua *Correspondência política* (Lisboa, 2004) e estão no prelo os *Documentos políticos*. Entretanto já saíram as actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras em 2004 – *O tempo de Manuel de Arriaga*. Por outro lado, como atrás disse, faço parte de um projecto europeu patrocinado pela European Science Foundation: *Representations of the Past: national histories in Europe*, na equipa *Narrating National Histories*. É uma oportunidade para desenvolver um estudo comparado entre diversas historiografias europeias, no tempo em que dominavam as histórias nacionais, sem esquecer os tempos mais recentes em que a história comparada tem dado passos seguros.

11. *Durante a sua palestra na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autónoma de Barcelona, o público mostrou-se preocupado com a falta de coordenação entre as historiografias portuguesa e espanhola. O senhor acredita que elas sempre serão independentes ou existe a possibilidade de convergirem para um espaço comum?*

12. Cada vez mais se torna imprescindível que os historiadores estejam a par dos trabalhos que se desenvolvem noutras áreas da Europa e do mundo. No caso de Portugal e Espanha, pode dizer-se que de meados do século XVII até ao decénio de 1980, eram raros os historiadores que conheciam bem o que os seus colegas do outro lado da fronteira escreviam. Ainda assim, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins (mas poderíamos referir também diversos historiadores do século XX) estavam a par da historiografia espanhola. Também Sinibaldo de Más, Amador de Los Rios, Juan de Valera, Unamuno, entre outros, até aos recentes trabalhos de Hipólito de La Torre e de historiadores como Irene Castells e Ucelay Da Cal que cultivaram o interesse pela cultura e pela história portuguesas. Mas foram casos relativamente isolados - na verdade tenderam a dominar a ignorância e o esquecimento, muito ligados ao receio nacionalista português da assimilação por parte de Castela, e a um certo ressentimento por parte de Castela em relação à resistência da periferia atlântica. Em 1972, o poeta português Ruy Belo (1933-78), que amava profundamente a Espanha, ainda falava de Madrid como “uma das cidades do mundo mais distantes de Lisboa”. Mas, a partir dos anos 80 do séc. XX, tudo começou a mudar nas relações das nações peninsulares, do ponto de vista das relações económicas e financeiras, mas também políticas e culturais. Cada vez se faz mais sentir a necessidade de as historiografias nacionais e regionais adoptarem perspectivas mais amplas que tenham em conta contextos sociais e culturais alargados: os contextos peninsular, da Europa do Sul, sem esquecer outras áreas com que as quais a Península Ibérica desenvolveu estreitos contactos: a restante Europa, as Américas, a África. Não surpreenderá que dentro de uns anos se estreitem muito mais os projectos de investigação à escala peninsular: só assim serão compreendidas grandes transformações e momentos decisivos dos percursos históricos de Portugal e Espanha, em que tantas coincidências se verificaram. Notei da parte dos colegas ligados à Universidade Autónoma de Barcelona (patente, como disse, nos seus trabalhos), bem como de jovens investigadores que agora preparam o seu doutoramento, um grande interesse em alargar os conhecimentos acerca de Portugal, numa mais ampla perspectiva que ultrapassa o domínio das histórias nacionais.



13. Após a sua palestra, o público falou da Espanha e Portugal como sendo duas nações com processos de formação nacionais similares, mas com fatores históricos específicos que nos tornam diferentes. Entretanto, no século XIX, existiram historiadores e políticos que acreditavam num iberismo, numa unidade peninsular. Seríamos tão diferentes assim? Ou é que, no fundo, só queremos parecer excepcionais?

14. O iberismo teve a *contrario* uma função relevante na construção de uma certa identidade nacional portuguesa. Teve uma influência social escassa, mobilizou um pequeno grupo de intelectuais e políticos. Mas suscitou uma profunda reacção nacionalista por parte de uma elite política e intelectual em Portugal. Constituiu uma alternativa à tradicional diplomacia portuguesa de aliança com a Inglaterra (aliança que como é sabido passou por diversos momentos críticos), e uma vontade de integração política dos estados peninsulares, sob a forma federal ou unitária. Ou tão-só uma vontade de aproximação cultural e económica que não pusesse em causa a independência política dos estados ibéricos. Para responder à pergunta: as diversas nacionalidades peninsulares têm muito em comum: do ponto de vista do meio natural, das actividades económicas e das tendências culturais. Sem esquecer percursos históricos com tantas sincronias e convergências. A obsessão com as excepcionalidades, muito ligada aos essencialismos nacionalistas tem muito de anacrónico e deve ultrapassar-se. Diferenças? Sem dúvida. Mas em tempos de estreitamento das relações entre as nações europeias (que devem ser acauteladas para que o domínio dos poderosos seja compensado) devemos procurar sobretudo aquilo que nos une e que é muito!

15. A ideia de decadência, assim como a ideia de império estão presentes na historiografia liberal portuguesa do século XIX. Em que momento e de que jeito os historiadores começaram a utilizar essas ideias para criar uma consciência de identidade nacional?

16. Decadência é um sentimento e uma ideia que se exprime em Portugal a partir do século XVI, muito ligada a uma corrente crítica em relação à expansão ultramarina e que depois se associa ao sentimento de crise com os sinais de declínio de poderio marítimo no Oriente, à perda da independência em 1580 e, sobretudo, às grandes dificuldades do século XIX e primeiros decénios do século XX. As teorias da decadência difundem-se extraordinariamente a partir da ocupação francesa e da crise do antigo sistema colonial, no tempo do império napoleónico. Os factores (ou causas, com então se dizia) responsáveis pela sua acentuação são a absolutismo e o desaparecimento da antigas cortes desde finais do século XVIII, as conquistas ultramarinas e o catolicismo da contra-reforma, associado ao fanatismo religioso, à Inquisição e ao jesuitismo. Depois dos primeiros liberais emigrados que se exprimiram na imprensa publicada em Londres, Alexandre Herculano e Antero de Quental contribuíram muito para a sedimentação desta teoria que se prolonga pelo século XX com a historiografia republicana. Para além disso, alguns historiadores, entre eles os republicanos Teófilo Braga e José de Arriaga, mas também diversos historiadores marxistas da segunda metade do séc. XX, sublinharam a dependência em relação à Inglaterra, a partir de 1640.

17. Quanto à ideia de Império, embora de origem muito anterior, afirma-se claramente desde o início da expansão ultramarina, com a conquista de Ceuta em 1415. Frequentemente associada ao tópico da cruzada, com justificação providencialista e messiânica, é uma ideia que se prolonga nos séculos XIX e XX com o III Império africano (o primeiro fora o oriental, o segundo o brasileiro). Num tempo em que dominava o darwinismo social, significativo é que o republicanismo tenha feito da ideia de Império colonial uma das principais componentes da sua propaganda, adoptando uma estratégia expansionista (tal como haviam feito os governos monárquicos que adoptaram o projecto irrealista do Mapa Cor-de-Rosa, um grande império que

unisse Angola a Moçambique), reagindo fortemente à ameaça britânica. O dinamismo das nações e a sua capacidade de se regenerarem media-se também pela sua “vitalidade” na construção de um império. Não menos significativo é que até aos anos 60, largos sectores da oposição ao Estado Novo não pusessem em causa a existência das colónias.

*18. Tanto em Portugal como na Espanha a historiografia lutou pra derrubar o complexo de inferioridade intelectual que carregamos desde os tempos pré-industriais. Até que ponto este complexo associado ao atraso económico aparece refletido na historiografia liberal portuguesa?*

19. Sobre esse complexo, muito associado à atracção pelas culturas de importação (com destaque para o francesismo de que falava Eça de Queiroz), muito se escreveu. Deve compreender-se tendo em conta esse atraso económico, bem evidente sobretudo a partir de meados do século XIX, mas também o atraso que (no caso português) se foi aprofundando, a partir desse tempo, também em relação à Espanha e à Itália nos domínios da alfabetização e da escolarização. O Estado e as elites intelectuais não tiveram capacidade para resolver um problema que acabou por constituir um dos grandes entraves ao desenvolvimento económico. Ainda hoje esse atraso é um tema central no discurso político!

*20. Para finalizar, quais são, em geral, os aspectos comuns das historiografias portuguesa e espanhola dos séculos XIX e XX?*

21. Há tendências comuns, que se difundem ao mesmo tempo – a permanência de certos mitos (o tubalismo, que desaparece no século XIX, o celtismo, o herói fundador Viriato...), a filosofia da história liberal e romântica (nos decénios de 1840-50), o positivismo (sobretudo a partir do decénio de 1870), uma escrita da história muito marcada por um nacionalismo historicista e defensivo, que tende a associar-se a partir dos finais do século e até meados do séc. XX ao determinismo étnico e a adquirir um carácter exclusivista; a erosão, já nos anos 50 do século passado, deste modelo muito ligado à propaganda dos regimes ditatoriais de Salazar e Franco; a difusão do marxismo e da metodologia ligada aos *Annales* a partir desses anos do século passado. Por outro lado, há grandes processos de transformação que ultrapassam o domínio da historiografia comuns nas historiografias ibéricas: a secularização da história, a sua introdução em todos os graus de ensino no decénio e 1860, a tardia profissionalização dos historiadores, que dá passos significativos já no século XX. Interessante é notar que, em grande parte, estas historiografias peninsulares se foram escrevendo na ignorância e esquecimento recíproco, mais voltadas que estavam para as suas tradições seculares e para as culturas de importação, sobretudo francesa e alemã. Mas, como disse, houve notáveis excepções! E creio que, cada vez mais, as historiografias ultrapassarão as antigas fronteiras que tanto separaram as nações e que se vão apagando na actualidade.





©XAVIER  
ORTEGA